

Uma teoria da experiência ética

Prof. Dr. Antônio Paim
(Instituto Brasileiro de Filosofia – São Paulo – SP – Brasil)
antoniopaim2@gmail.com

Resumo: A moral expressa-se nos costumes. Como não se dispõe do inventário de suas alterações básicas no curso da história, temos que nos valer dos problemas teóricos que suscitou em cada grande ciclo histórico. Atendo-nos a essa evolução, verifica-se que de fins do século XIX ao século XX, a meditação privilegia a experiência (moral, no caso, desdobramento do problema que Kant havia legado: a experiência cultural). Dessa temática ocupou-se o autor no *Tratado de ética* (2003), cujas teses essenciais são apresentadas nesta comunicação.

Palavras-chave: Ética; Experiência religiosa; Experiência moral.

1. Considerações iniciais: Os momentos privilegiados nesta análise

O enunciado da comunicação faz parecer que se trata de uma terceira pessoa. Mas nem por isto faz desaparecer o desconforto de estar aqui falando de meu próprio trabalho, alimentando a suposição de que se trataria de uma contribuição relevante, digna de ser considerada neste Colóquio, quando não me parece seja o caso.

Na verdade o meu entendimento da questão procura apenas ater-se à tradição. Assim, em primeiro lugar, limito-me a adotar a consagrada definição de ética, devida a Aristóteles. Entendo-a como meditação sobre os costumes. Os costumes variam, como tudo nas sociedades. Assim, a alternativa que sobra para quem se disponha a enfrentar o dilema consiste em tomar por base os principais pensadores que, em seu tempo, debruçaram-se sobre os problemas teóricos que resultariam do exame dos costumes da época.

Sendo uma avaliação acerca dos costumes, para reprová-los ou aceitá-los, a moral corresponde a algo de constitutivo da sociedade. Efetivamente, não se pode imaginar a vida social sem a presença de regras de conduta a que se devam cingir seus protagonistas. Contudo, o processo segundo o qual essa esfera da cultura ganha autonomia e vem a ser considerada sem referenciais religiosos, ou de outra índole, é de muito difícil reconstituição.

Presumivelmente, os códigos de que se tem notícia ou foram preservados correspondem a fenômeno tardio. Antes de atingir esses estágios avançados de sistematização, deve ter-se efetivado esforço inimaginável na linha da fixação de normas que contribuíssem para a coesão e a sobrevivência dos agrupamentos humanos. Além de tardios, os códigos são precedidos de larga tradição oral. Assim, a partir mesmo do texto fundamental para a cultura ocidental que é o *Deuteronômio* de Moisés, sabe-se que só assumiu a forma que nos foi transmitida no século V antes

de Cristo, muitas centúrias após a morte daquele a quem é atribuída sua autoria. No mesmo ciclo, são conhecidas outras codificações, consagradoras de tradições culturais diversas.

Afora tais dificuldades, a moralidade revestiu-se de feição perfeitamente diferenciada entre o Ocidente e o Oriente, registrando as teorizações sobre a moral nos países do Oriente grandes avanços em relação ao Ocidente, facultando elucidação mais precisa de diversos problemas teóricos.

De sorte que não se dispõe de uma reconstituição da evolução dos costumes e nem se trataria de tentar empreendê-la. O ponto de partida há de ser o reconhecimento de que o processo de constituição da moral ocidental acha-se perfeitamente reconstituído. Esquemáticamente temos, no *Velho Testamento*, o *Decálogo* de Moisés, complementado pelo *Sermão da Montanha*.

O segundo momento do processo de constituição da moral ocidental é representado pela meditação grega. Enquanto na tradição judaica, incorporada ao *Velho Testamento*, a moral é ensinada como sendo constituída de preceitos sugeridos diretamente pela divindade, o pensamento grego está voltado para a delimitação das esferas da vida humana. Nessa busca é que iria esbarrar com o problema. Os gregos chamariam *ética* à elaboração teórica que se dirige à conceituação da moralidade. Na Grécia, a reflexão autônoma acerca do comportamento moral do homem tem uma história muito rica, se bem que os estudiosos do tema destaquem as contribuições de Sócrates (470/399 a.C.) e Platão (428/348 a.C.). Contudo, Aristóteles (384/322 a.C.) é o autêntico fundador da disciplina filosófica a que se deu o nome de ética, tendo ademais formulado os principais de seus problemas teóricos.

A busca do conceito de ética, na meditação grega, obedece a dois esquemas fundamentais: 1º) sua dissociação do conceito de *política*; e 2º) identificação da ética seja com a *phronesis* (sabedoria; contemplação; intuição dos valores éticos), com a virtude ou com o prazer. Em Platão, estes aspectos não se acham dissociados.

Considero que o conceito fundamental, resultante da meditação ética de Aristóteles seria o de *virtude*. Não se trata de situar a importância dos conceitos sugeridos pelo grande mestre, notadamente o lugar de honra que ocupa a ideia de justiça. O procedimento que sugiro é a busca de um fio condutor que nos faculte situar os grandes problemas éticos suscitados pela evolução da disciplina. Naturalmente pode-se dizer que se trata de uma simplificação. Mas não será difícil para quem tenha procurado apropriar-se do conhecimento filosófico reconhecer o grande poder que as sínteses facultam ao seu avanço.

A tábua das virtudes elaborada por Aristóteles constitui, até hoje, um poderoso instrumento

para nos aproximarmos do comportamento moral.

Tomando por base essa premissa procurei identificar qual seria o tema central, o problema teórico chave nos grandes ciclos históricos em que se subdivide a cultura ocidental. Naturalmente não teria sentido apresentá-los aqui como fiz em alguns textos notadamente no *Tratado de Ética*.

Acredito que, para avaliar se a hipótese tem de fato algum valor heurístico - a meu ver sendo isto que importa nas avaliações dessa ou daquela meditação filosófica - basta indicar as linhas gerais da forma como considero o que seriam as duas resultantes básicas da emergência do pluralismo religioso na cultura ocidental.

Esse pluralismo levou a que a Igreja Católica perdesse o monopólio que dispunha, na Europa, de fixação das regras básicas da moralidade social .

Subsidiariamente, exigiu que se buscasse um fundamento “neutro”, se assim se pode dizer, para a moral, já que o fundamento religioso (múltiplo) refluíu para a aceitação multifacetada dos crentes.

Depois, sugiro qual seria o tema privilegiado da meditação ética de nosso tempo.

2. O surgimento da ética social

Na primeira metade do século XVIII, e nas décadas que se seguiram de imediato, o ingleses são arrastados a um grande debate sobre a moral social. A magnitude do tema passa a ser percebido na medida em que, dentre o numeroso grupo de confissões protestantes, organizadas em forma de igrejas, algumas tentam, sem sucesso, assumir o papel de última instância de julgamento do comportamento social das pessoas. São cerca de trinta títulos, sem contar as reedições que mereceram diversos dos livros mencionados, em pouco mais de três décadas, não computadas as obras estritamente literárias, que, de uma forma ou de outra estão relacionadas a esse debate, como é o caso de Defoe e Swift, Alexander Pope. Cabe levar em conta, ainda, que os autores registrados são aqueles cuja lembrança seria preservada pela posteridade, figurando em antologias ou merecendo estudos específicos, e não tudo quanto se publicou.

Há um certo consenso, que optei por seguir, quanto à importância relativa dos autores mencionados. Têm importância decisiva no debate Bernard Mandeville, Anthony Cooper, Joseph Butler e David Hume. O mérito de Francis Hutcheson consiste em haver levado esse debate para a Universidade. Foi professor de moral na Universidade de Glasgow, a partir de 1727. Dos mais próximos amigos de Hume, acompanhou-lhe a evolução e nela certamente influenciou. De sorte que, examinando as próprias ideias de Hume, torna-se dispensável considerá-lo especificamente. O

mesmo se pode dizer de Adam Smith que substituiu a Hutcheson. Desenvolveu a doutrina da simpatia mas nem por isto alterou o arcabouço substancial do movimento que estamos examinando. Levando em conta a raridade –ou inexistência em português—de alguns desses textos, tomamos a iniciativa de organizar uma antologia ao tema dedicado. Essa antologia -intitulada *Nascimento da ética social*- pode ser acessada no site www.institutodehumanidades.com.br

A temática própria da moralidade, suscitada nesses livros, compreende uma ampla discussão acerca da noção de interesse. O sentido geral do debate consiste em determinar se o interesse está exclusivamente vinculado ao amor próprio, ao egoísmo, ou se supõe também intenções altruísticas. Aqui se elabora o conceito de benevolência, de boa vontade.

O segundo grupo de questões acha-se vinculado à noção de *utilidade*. Se a virtude está relacionada ao cumprimento dos ditames da benevolência, pareceria óbvio que o objetivo supremo de semelhante comportamento seria a felicidade geral. Por conseguinte, tudo quanto contribuísse para aquele objetivo (a felicidade geral) poderia ser considerado como útil. Tratando-se de um contexto protestante, onde o denominado problema teodiceico está resolvido na suposição de que o homem está na terra para realizar uma obra digna da glória de Deus – e não para salvar-se e merecer a vida eterna, como ensinava a Igreja Católica –, o denominado *utilitarismo* viria a assumir também uma dimensão teológica, afirmando alguns pensadores que o próprio Deus seria utilitário. Como esse aspecto nada acrescenta à discussão, dispensamo-nos de examiná-lo.

Finalmente, a questão do sentimento moral, a determinação de seu verdadeiro papel e como se correlaciona com a razão.

Em decorrência do referido pluralismo religioso, de um modo geral, as nações européias mais desenvolvidas do ponto de vista econômico evoluíram na direção do que Max Weber denominou de *moral social de tipo consensual*. Vale dizer: as grandes mudanças de ordem moral passam a pressupor um amplo debate em busca de consenso. A experiência sugere não se tratar de uma transição tranquila, porquanto, em alguns casos, subsistem grandes divisões na sociedade. Ainda assim, não se encontrou um sucedâneo.

3. A inteira separação entre moral e religião

A questão teórica que vimos examinando diz respeito à plena configuração do âmbito da moral, configuração esta que permita distingui-la da religião. A tradição judaica-cristã é que procedeu à aproximação entre as duas esferas. Na Grécia, a conquista da virtude dizia respeito à obtenção da felicidade na *polis*, que era precisamente o objetivo da política.

O propósito de proceder àquela separação – no plano teórico, porquanto na vida cotidiana as pessoas não se preocupam com tais distinções – é um tema tipicamente moderno, isto é, que somente aparece na Época Moderna. Foi na Inglaterra que sua discussão teve lugar da forma mais abrangente. Ali, entretanto, o encaminhamento ocorreu na direção do plano social.

Na discussão inglesa, a par do reconhecimento da possibilidade de dissociar-se a moral da religião, no que se refere à sociedade, sobressai o acordo tácito quanto à dependência do indivíduo, nessa matéria, da confissão a que pertença, solução que não satisfaria a todos os espíritos, pelo que a discussão teórica terá continuidade.

A hipótese de Pierre Bayle era a de que religião e moral circulavam em esferas plenamente distintas, a primeira dizendo respeito à fé, às crenças, aos dogmas; a segunda requerendo escolhas e opções conscientes. Ao ser formulada essa proposição, a possibilidade de diferenciar moral social da moral individual achava-se insuspeitada. A tradição teórica consistia em associar o comportamento moral à ideia de liberdade.

As ações humanas ocorrem por uma decisão da vontade. Para agir, é necessário que a vontade se mobilize para fazê-lo. Se as determinantes de tal opção são externas, não há qualquer exercício da liberdade. Se são internas, o ato só permanece livre quando a determinação provém da consciência moral e não de qualquer outra espécie de coação, a exemplo das imposições de ordem legal, isto é, oriundas do direito. Santo Agostinho acreditava que a disposição do homem para a prática do bem dependia da interveniência da graça divina, solução que parecera comprometedora da liberdade ou limitando-a à prática do mal. A hipótese jansenista, que tão funda impressão causou aos moralistas ingleses, e, em geral, nos países protestantes, é desse último tipo. Lutero também a defendeu *em De servo arbitrio* (1525)

Kant irá recolocar o tema da moralidade nos termos tradicionais, isto é, vinculando-o à noção de liberdade. Ao fazê-lo desvincula inteiramente a moral individual da religião. E, deste modo, cumpre-se o ideal contido na proposta de Bayle.

Kant tinha uma grande familiaridade com a filosofia inglesa, o que aliás era comum aos pensadores alemães de sua época. Desde 1714, com a ascensão de Jorge I (1660/1727) ao trono inglês, o país era governado pelos eleitores de Hanover, isto é, por um príncipe alemão, o que naturalmente deveria facilitar o intercâmbio cultural. Leibniz, por seu turno, entrara em polêmica com autores ingleses seus contemporâneos. O próprio Kant chegaria, em seus cursos, a aproximar algumas de suas convicções das idéias de pensadores ingleses como Shafsterbury, Hutcheson e Hume. No que respeita a Hume, foi o filósofo a que prestou o maior tributo, ao dizer que o

despertara do "sono dogmático", isto é, do sistema Wolff-Leibniz, que não se distinguia nitidamente do pensamento antigo.

No magnífico curso sobre a moral de Kant, sem referir a Butler, Alquié destaca nestes termos a influência inglesa:

Kant (nos moralistas ingleses) descobre a ideia segundo a qual a vida moral consiste na realização da harmonia entre nossas tendências egoístas e altruístas. Descobre também a ideia de que existe um senso moral inato, isto é, natural (lembro aqui que inato não equivale ao *a priori* kantiano). Encontra também, entre os ingleses, muitas outras ideias, que assinalo rapidamente. Em primeiro lugar: que o senso moral pode ser universal e mesmo que ele é efetivamente universal pois se encontra em todos os homens. Não é, como certos moralistas antigos pensavam, reservado aos sábios de que seria privilégio; nem, como acreditavam alguns moralistas cristãos, devido a uma certa graça que favorece a quem quer. E a moralidade não é, muito menos, como pensavam certos racionalistas, o fruto de um puro conhecimento, ou ainda o fruto de cálculo mais do que um puro elan do coração. E necessário pois apelar para o senso interno, para a evidência interior. E por essa via descobre-se ainda que nossa consciência tem uma verdadeira autonomia, isto é, que ela contém nela mesma suas próprias leis. Não tenho necessidade de dizer como todas essas ideias se encontram, profundamente transformadas é certo, na moral definitiva de Kant (ALQUIÉ, 1966, p. 5).

Esquemáticamente, a solução kantiana pressupõe as seguintes etapas:

1ª) o reconhecimento de que todos os homens estão capacitados a emitir juízos morais, podendo-se admitir a existência de boa vontade, ou, para seguir aos ingleses, da benevolência, isto é, a predisposição a proceder corretamente;

2ª) ao contrário do que supunham os ingleses, o encontro dos fundamentos de tal disposição não pode consistir nas avaliações da natureza humana, na observação dos homens (Butler) ou na idealização de situações que nos fornecessem base experimental (Hume); mas num procedimento estritamente filosófico, limitado à análise conceitual;

3ª) é necessário, portanto, reconceituar as ações morais para compreender que retiram esse caráter de sua conformidade com o dever, por respeito à lei moral;

4ª) nas ações que procuram conformar-se ao dever, cabe distinguir a máxima em que se sustenta e a lei moral propriamente dita; e,

5ª) para o encontro do princípio supremo da moralidade cumpre classificar os diversos imperativos das ações, o que nos conduzirá à descoberta do imperativo categórico.

Dentre os imperativos distingue aqueles que denomina de *técnicos*, isto é, quando requerem obrigatoriamente uma ação desprovida de sentido moral (se quero sair da sala, tenho que abrir a

porta) ou *pragmáticos*, isto é, recomendam-se ao nosso bem-estar, podendo mesmo estar relacionados à moralidade convencional. Para Kant, entretanto, quando se trata da moral, como a entende, há apenas um imperativo categórico a que dá a seguinte fórmula: "Procede apenas segundo aquela máxima, em virtude da qual podes querer ao mesmo tempo que ela se torne uma lei universal". Dessa fórmula deduz o seguinte imperativo prático: "Procede de maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na de todos os outros, sempre e ao mesmo tempo como fim, e nunca como puro meio". Sinteticamente diz-se: o homem é um fim em si mesmo e não pode ser usado como meio.

A formulação kantiana corresponde a uma síntese genial do conteúdo dos Dez Mandamentos. Com efeito, em se tratando da ação e abstraída a circunstância de que o cumprimento da lei moral cristã possa estar associada à aspiração de assegurar a salvação da alma, os mandamentos do Profeta apontam no sentido da perfeição, isto é, descrevem um *ideal de pessoa humana*. A moral kantiana marca, portanto, um dos pontos altos da moralidade cristã que tantos percalços experimentaria na cultura ocidental.

4. Nova mudança no objeto da ética: o período contemporâneo

O tema da experiência cultural, de um modo geral, e da experiência moral, jurídica, religiosa, etc., em particular, tornou-se central na Filosofia Contemporânea, com a particularidade de que se impôs às diversas correntes. A questão central consistia em superar a interdição positivista quanto à impossibilidade da metafísica. Na consecução desse objetivo, os neo-kantianos seriam melhor sucedidos. Hermann Cohen conseguiu que o debate filosófico na Alemanha passasse a girar em torno das questões por ele suscitadas. Na altura da Primeira Guerra Mundial, o neokantismo, também conhecido como Escola de Marburgo, onde Cohen ocupava a cátedra de filosofia, era a corrente dominante naquele país.

O problema da experiência cultural emergiu na medida em que Cohen não proporcionou uma solução satisfatória para a conciliação entre a meditação filosófica sobre a natureza (mais precisamente sobre a ciência natural) e a meditação filosófica voltada para a moral, justamente a dificuldade com que Kant viria a esbarrar. Essa insatisfação deu origem ao denominado culturalismo (Wilhem Windelband e Heinrich Rickert, entre outros, por sua vez conhecidos como Escola de Baden).

Logo adiante também a corrente fenomenológica voltou-se para a experiência moral, na pessoa de Max Scheler (1874/1928).

Na Inglaterra, ocorreu igualmente a reação contra o positivismo, na medida em que este não dava conta da reviravolta ocorrida com a física – preso que estava ao conceito oitocentista de ciência –, de que surgiu o neopositivismo. Este, entretanto, não se preocupou com a especificidade da criação humana. Em contrapartida, os filósofos norte-americanos – que se consideravam herdeiros e continuadores da tradição empirista inglesa – o fizeram.

Assim, desde os anos vinte impõe-se novo objeto à ética. Agora o problema nuclear é a experiência moral. Os textos básicos ao tema dedicados são estes: *O formalismo na ética e a ética material dos valores* (1921), de Max Scheler; a *Ética* (1926), de Nicolai Hartmann (1822/1950) e *Morale théorique et science des moeurs* (1937), de Georges Gurvitch (1894/1965), cuja análise é efetivada no mencionado *Tratado de Ética*. Como espero ter demonstrado – e, aliás, não poderia ser de outra forma, tratando-se do saber filosófico –, o caminho percorrido acaba por suscitar novos problemas.

A par do comentário desses textos e da solução que proponho para fazer avançar a discussão, entendo ser imprescindível distinguir experiência moral de experiência religiosa. Nesta, por sua vez, distingo, a experiência mística. Enquanto a experiência moral é acessível a todo ser humano, a experiência mística é dada a poucos.

A análise teórica da experiência moral não pode desqualificar as contribuições da sociologia, como adverte Gurvitch, desde que sejamos capazes de nos manter no plano conceitual. O rigor e a consistência conceituais são o *leitmotiv* da ética como disciplina filosófica. Ainda assim, embora não faça sentido tentar aqui reproduzir o que é sobejamente sabido pela História da Filosofia, é imprescindível ter presente que o conceito de experiência afirmou-se sobretudo como experiência natural, sendo justamente a transição para a experiência cultural um dos grandes problemas teóricos legados por Kant. E também que a perspectiva transcendental – de que nos louvamos – obriga a nos atermos aos limites da experiência humana. Deste modo, a observação sociológica não pode ser recusada se de fato nela somente nos inspirarmos para alcançar a plena elucidação conceitual do tema proposto. A definição que avançamos a seguir pretende respeitar a regra enunciada.

A experiência moral consiste na vivência de uma esfera da vida que, sendo sem dúvida muito relevante, insere em seu seio conflitos radicais, exigentes de opções que somente se impõem se merecedoras de adesão voluntária.

A definição pretende inserir os traços essenciais.

Trata-se de uma *vivência*, isto é, não simplesmente de um conhecimento racional. A moral pode e deve naturalmente ser ensinada, sendo possível que determinado indivíduo somente se haja

dado conta de sua existência desse modo. Contudo, se não a vivenciar, pode simplesmente tornar-se o caminho da hipocrisia. Sei precisamente do que se trata e posso expressá-lo de modo claro e pertinente. Mas, se a violo, não tenho nenhuma má consciência.

Muito provavelmente, a vivência moral requer um tipo de aprendizado que, talvez, resulte sobretudo das consequências (individuais, pessoais) de sua violação.

Para se constituir, autenticamente, em experiência moral impõe-se o aprendizado de que a violação da regra moral não pode ser classificada como *pecado*, embora, no seio da família, é provável que habitualmente seja apresentada deste modo. O pecado corresponde à violação de uma regra religiosa. Tratando-se do comportamento, sempre terá algo a ver com a moral. Ainda assim, o pecado diz respeito à salvação da alma na vida eterna e não à existência terrena. Essa precisamente a dificuldade do tomismo em face da ética aristotélica. Neste caso, ou bem o pecador é católico e recorre a uma instância externa (a Igreja, em busca de perdão ou expiação) ou bem é protestante e o assunto passa a dizer respeito ao culto interno da divindade, para o qual inexistente regra universal que possa ser imposta. Em ambas as circunstâncias, passa-se ao plano da fé, escapando, portanto, à nossa esfera de competência.

A violação da regra moral é outra coisa. Como pode ocorrer que o indivíduo venha a dar-se conta de que agir de maneira incorreta – não de tratando de ação de caráter penal – é assunto que só a si mesmo diz respeito?

O conceito de *atitude*, aventado por Gurvitch, é interessante se pudermos aproximar desta expressão: "fulano é uma pessoa de atitude", no sentido de quem se diz, habitualmente, ser bom caráter.

Erich Fromm tentou aproximar o temperamento do caráter, a meu ver sem sucesso. A psiquiatria, por sua vez, identifica o mau caráter com a personalidade psicopática. Esse caminho (da psicologia) não se tem revelado fecundo porquanto a descoberta de si mesmo, como ser moral, somente pode resultar da relação com o outro. Como essa relação dá-se inicialmente no seio da família, porventura, a advertência de Sigmund Freud possa revestir-se de maior significado, notadamente porque, sendo uma de suas tentativas de aplicar a sua doutrina ao campo social, não fica adstrito ao que seria estritamente psicológico.

Em *Totem e Tabu* (1913), Freud parte da constatação de que a proibição do incesto corresponde a uma regra milenar, conforme verificação em tradições de tribos australianas. Freud está interessado em correlacionar essa descoberta, que classifica como tabu, com os mecanismos de apaziguamento (*totem*) a fim de fixar origens remotas para a neurose.

Sem que seja necessário aceitar os postulados da psicanálise, é de percepção intuitiva que a proibição do incesto é uma condição da moralidade. A alternativa seria transformar a família numa comunidade promiscua – e, portanto, inadministrável –, o que, certamente, teria impedido que desempenhasse o papel fundamental de assegurar a sobrevivência da espécie humana.

A proibição do incesto tem, em si mesmo, um elemento essencial na transformação da pessoa humana num ser moral. É a passagem da atração carnal (embora não de modo exclusivo, mas predominantemente sexual) em amor filial. Gauthier, o grande estudioso da *Ética a Nicômaco*, conclui que a doutrina aristotélica pode ser compreendida como *ética da amizade*. Inquestionavelmente, esta é uma característica primordial da moralidade. Ao mesmo tempo, é impensável sem a dimensão do amor. Outro desdobramento reside no amor do próximo e de si mesmo, princípio básico do cristianismo.

Aqui é possível estabelecer outro traço distintivo entre experiência moral e experiência religiosa. A apresentação que dela faz Rudolf Otto reveste-se de grande dramaticidade. Sendo o absolutamente outro, a divindade nos anula, esmaga, atemoriza. Ainda que possa ter carregado nas tintas, é incontestável que o medo faz parte da experiência religiosa. Em contrapartida, mesmo admitindo que, em parte da vida, no seio da família, a regra moral possa ser imposta pelo medo, se o indivíduo estancar nesse patamar está de antemão condenado a jamais se encontrar como ser moral. A família pode permitir que se efetive aquela transição por ser o lugar onde o elemento repressivo acha-se associado ao afeto e ao carinho e, portanto, à sua aceitação de forma amorosa.

E, assim, acredito haver chegado à outra componente da moral (a *adesão voluntária*), constante da definição sugerida.

Quanto ao conflito, por se tratar da esfera dos valores, suponho que se torna patente o seu significado se tivermos presente o processo histórico cultural.

Com as considerações contidas no citado livro espero ter sistematizado de modo satisfatório as extraordinárias contribuições de Scheler e Gurvitch no tocante à dimensão emocional da experiência moral. Ao fazê-lo, naturalmente não estou pretendendo comparar-me àqueles gigantes do pensamento. O que imagino ter feito consiste apenas em haver tirado modestas consequências de sua obra imorredoura.

Referência:

ALQUIÉ, Ferdinand. La morale de Kant. In: *Les cours de Sorbonne*. Paris: Centre de documentation Universitaire, 1966.

A theory of ethical experience

Revista *Estudos Filosóficos* nº 11/2013 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 115 - 125

Abstract: The moral is usually expressed by behaviors. As it is not possible to do an inventory of its basic changes, in the course of history, we have to take for reference the theoretical problems which the theme raised during each wide historical cycle. Face to this evolution, we can observe that from the end of nineteenth century to twentieth century, the meditation focuses on the experience (moral, in the case, the problem's deployment which had been said by Kant: the cultural experience). The author engaged himself in this theme in *Tratado de Ética* (2003), whose essential questions we present through this communication.

Keywords: Ethics; Religious experience; Moral experience.

Data de registro: 31/05/2013

Data de aceite: 23/08/2013